

3 O sistema do capital e a alienação do trabalho

3.1. As sociedades naturais e a dominação do capital

O capital só começa a dominar a produção social no momento em que os trabalhadores encontram-se despossuídos das condições naturais e inorgânicas de produção de sua existência.¹ Essa “separação artificial” entre o homem e a natureza, o seu corpo inorgânico, faz com que o produtor seja reduzido a uma existência meramente subjetiva. Na medida em que não dispõe das condições objetivas de produção, o trabalhador só pode produzir alienando a sua capacidade de trabalho aos possuidores de tais condições. A partir dessa separação, instaura-se uma estrutura de mando vertical, com a sua respectiva divisão social do trabalho, onde as funções de produção e de controle encontram-se radicalmente separadas. A alienação dos produtores das condições objetivas de toda a produção e a respectiva subordinação real do trabalho àqueles que detém o controle das referidas condições constitui o fundamento do *sistema de metabolismo social* do capital.² No entanto, antes de abordar os problemas que decorrem da produção que ocorre sob o jugo do capital, apresentemos algumas características essenciais das formas sociais que lhe são precedentes.

Um aspecto decisivo da distinção que Marx faz entre as sociedades cuja produção ainda não é dominada pelo capital é aquelas cuja produção o é, consiste no fato de que enquanto nas primeiras domina a relação do homem com a natureza, na segunda prevalece a separação do homem em relação às condições inorgânicas e objetivas de realização da atividade produtiva. Nos *Grundrisses*, Marx fornece alguns elementos sobre essa questão:

¹ É mediante a separação entre os produtores e as condições objetivas de realização do trabalho que se forma o conceito de capital. MARX, Karl. *O capital*, livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 177. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 177

² “As unidades básicas das formas antigas de controle sociometabólico eram caracterizadas por um grau elevado de auto-suficiência no relacionamento entre a produção material e seu controle. Isto se aplica não apenas às comunidades tribais e primitivas, mas também à economia doméstica das antigas sociedades escravagistas e ao sistema feudal da Idade Média. Quando esta auto-suficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas mais amplas, já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital, trazendo consigo, no devido tempo, também a difusão universal da alienação e da

“em todas essas formas onde a propriedade fundiária e a agricultura constituem a base da ordem econômica e onde a produção de valores de uso é, portanto, o objetivo econômico, a *reprodução do indivíduo* está implicada em suas relações com a comunidade, pois ela é o fundamento. Em todas essas formas nós encontramos: 1° A apropriação da condição natural do trabalho, a terra, que representa ao mesmo tempo o instrumento primitivo do trabalho, o laboratório e o reservatório das matérias primas, não é o resultado do trabalho, mas sua pressuposição. É como proprietário que o indivíduo se comporta em toda simplicidade frente às condições objetivas do trabalho; elas são, para ele, a natureza inorgânica de sua subjetividade que se realiza nela; a principal condição objetiva do trabalho não aparece como *produto* do trabalho, mas se apresenta sob a forma da natureza; há o indivíduo vivo de uma lado, e a terra, condição objetiva de sua reprodução, de outro. 2° O *comportamento* frente à terra, propriedade do indivíduo que trabalha, está imediatamente mediatizado pela existência natural, mais ou menos transformada historicamente, do indivíduo *como membro da comunidade*, por sua existência natural como membro da tribo etc.”³

Algumas páginas à frente, Marx apresenta mais alguns elementos para uma definição mais precisa dessas sociedades de fundamentação natural:

“As formas dessas *condições naturais de produção* são duplas: 1° sua existência como membro da comuna; portanto, a existência desta comuna que é de início a *tribo*, depois a *tribo* mais ou menos transformada; 2° a relação com a *terra*, sua propriedade por intermédio da comuna; é a propriedade comum do solo ao mesmo tempo que a *posse individual*, ou apenas a repartição dos frutos, enquanto a terra e sua exploração permanece comum [...]. Uma das condições naturais da produção é, para o indivíduo, seu pertencimento a uma *sociedade natural*, tribo etc.”⁴

reificação”. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 101.

³ MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'économie politique*, vol. I. Paris: Éditions Anthropos, s.d. p. 447.

⁴ *Ibidem*. p. 454.

Esses dois trechos permitem apreender duas características essenciais das formas sociais que precedem o surgimento do sistema de metabolismo social do capital. Em primeiro lugar, eles mostram que o homem encontrava-se nessas sociedades organicamente vinculados à natureza, à terra, como arsenal e laboratório do homem. A terra apresenta-se como um pressuposto de sua atividade, como se tratasse de uma parte de seu próprio corpo. Em segundo lugar, mostram que o homem não participa dessa relação com a natureza como indivíduo isolado, e sim como membro de uma comunidade.⁵

O estudo das formas que precedem a produção dominadas pelo capital revelam o significado original de propriedade. Segundo Marx,

“A propriedade não significa pois originalmente nada mais que o comportamento do homem diante de condições naturais de produção como lhe pertencendo, como suas, dadas ao mesmo tempo que sua própria existência. O homem se comporta frente a elas como frente a pressuposições naturais do homem que são de certo modo o prolongamento de seu corpo. Propriamente falando, o homem não tem relações frente suas condições de produção, mas ele existe duplamente: ao mesmo tempo subjetivamente, como ele mesmo, e objetivamente, nas condições inorgânicas de sua existência”.⁶

Um aspecto marcante no processo de produção das sociedades naturais consistia no fato de produzirem para o consumo dos indivíduos. O objetivo econômico era a produção de valores de uso. Produzia-se com o fito de reproduzir os membros da comuna. As necessidades humanas tinham um papel decisivo no processo de produção social.⁷ No entanto, sob o domínio das mediações secundárias do capital, a produção social passa a se orientar de forma radicalmente diferente. Ao invés de a produção ser voltada para a criação de valores de uso, em objetos úteis ao homem, os valores de uso se transformam em meros

⁵ “Sua relação com as condições objetivas do trabalho é mediatizada por sua existência como membro da comuna; por sua vez, a existência real da comuna é determinada pela forma específica de sua propriedade das condições objetivas do trabalho”. *Ibidem.* p. 447.

⁶ *Ibidem.* p. 454.

⁷ “O objetivo de todas essas comunas é a conservação, isto é, a reprodução, enquanto proprietário, dos indivíduos que as compõem; dito de outra forma, a conservação do modo objetivo de existência fundada sobre as relação mútua entre os membros que formam a comuna”. *Ibidem.* p. 456.

“veículos materiais” dos valores de troca.⁸ Com o capital, instaura-se a subordinação do valor de uso ao valor de troca – característica esta que constituiu um dos principais segredos do êxito dinâmico do capital, uma vez que as limitações das necessidades não podiam mais se constituir em obstáculos para a expansão reprodutiva do capital.⁹ Eis uma passagem de Marx que revela todo o contraste entre o mundo antigo e o mundo moderno, onde prevalece o capital:

“Os antigos jamais se preocuparam em procurar qual era a forma de propriedade fundiária etc. a mais produtiva ou a mais fértil em riquezas [...] a riqueza não aparece como o objetivo da produção. A procura é sempre sobre a forma de propriedade mais suscetível de formar melhores cidadãos. A riqueza não aparece como fim em si senão em raros povos comerciais que monopolizam os transportes e vivem nos poros do mundo antigo, tal como os judeus na sociedade medieval [...]. Assim, como parece sublime a antiga concepção que fazia do homem (qualquer que seja a estreiteza de sua base nacional, religiosa e política) o objetivo da produção, em comparação com a do mundo moderno onde o objetivo do homem é a produção, e a riqueza o objetivo da produção”.¹⁰

⁸ “Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso, quer produzir mercadoria: além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia) [...]. O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias”. MARX, Karl. *O capital*, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 220, 230.

⁹ “O capital não trata meramente como separados valor de uso (que corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último. [...] isto representou uma inovação radical que abriu horizontes antes inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na percepção prática de que qualquer mercadoria, num extremo da escala, pode estar constantemente em uso ou, no outro extremo das possíveis taxas de utilização, absolutamente nunca ser usada, sem perder com isso a sua utilidade no que se refere às exigências expansionistas do modo de produção capitalista. [...] O capital define “útil” e “utilidade” em termos de *vendabilidade*: um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio *valor de troca*”. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 660, 661.

¹⁰ MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'économie politique*, vol. I. Paris: Éditions Anthropos, s.d. p. 450.

A *desnaturalização* do produtor, a separação do trabalhador de seu corpo inorgânico, encontra-se nos primórdios do sistema do capital. Marx aborda esse violento processo de separação do trabalhador das condições naturais, de expropriação do homem em relação à natureza e à comunidade primitiva ou natural, no famoso capítulo de *O capital* intitulado *A chamada acumulação primitiva do capital*. Para Marx, não é a unidade do homem com a natureza que deve ser explicada. Essa unidade sempre esteve presente nas sociedades que precederam ao capital. O que precisa ser explicado é a separação artificial entre o homem e a natureza introduzida com o advento do sistema do capital, quando as funções de controle e produção encontram-se radicalmente separadas.¹¹ É essa separação total do produtor das condições objetivas de produção que constitui o fundamento da divisão do trabalho hierarquicamente estruturada do alienado sistema de metabolismo social do capital.

Mas esse é tema da próxima seção. Passemos então a tratar do conceito de alienação do trabalho.

3.2. O conceito de alienação do trabalho

O conceito de alienação do trabalho foi formulado pela primeira vez nos *Manuscritos de 1844*. Desde então esse conceito passou a ocupar um lugar central nas reflexões teóricas de Marx. É verdade que Marx já havia percebido os problemas da alienação humana na sociedade burguesa em trabalhos anteriores. Mas é somente nesse texto que ele reconheceu pela primeira vez a alienação do trabalho como a chave de todo o complexo de alienações (religiosa, política, jurídica, artística, moral etc.) A formulação do

¹¹ Segundo Marx, “não é a unidade dos homens vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza que requer uma explicação ou que é o resultado de um processo histórico; é, ao contrário, a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e de sua atividade, separação que é total na relação entre o trabalho assalariado e o capital”. *Ibidem*. p. 451, 452.

conceito de alienação do trabalho faz dos *Manuscritos de 1844* o texto no qual nasce o sistema teórico de Marx, um sistema *in statu nascendi*.¹²

O conceito de alienação do trabalho gerou uma série de dificuldades na compreensão do legado teórico de Marx. Há autores que sustentam que o conceito de alienação consiste numa formulação que está presente apenas no “jovem Marx”. Louis Althusser, por exemplo, formula a interpretação de que existe um “corte epistemológico” no pensamento de Marx, ocorrida no ano de 1845, com as *Teses contra Feuerbach* e com *A ideologia alemã*, representando o momento de ruptura qualitativa entre o período ideológico e o período científico de sua produção teórica.¹³ Não é certo, porém, que haja tal ruptura no pensamento de Marx. Para Bertell Ollman, a opinião de que se deve dividir as idéias de Marx conforme o período em que surgiram, considerando cada período como uma ruptura radical com o anterior, exige provas que, segundo ele, até agora não foram apresentadas. Em primeiro lugar, é preciso demonstrar que Marx estava consciente dessa ruptura e que, real e claramente, qualificou como incorretas suas opiniões anteriores. Em segundo lugar, deve-se mostrar que as idéias que Marx aprova e desaprova em suas primeiras obras merece dele um juízo oposto nas obras posteriores. E, em terceiro lugar, é necessário demonstrar que um número significativo de seus conceitos anteriores não servem para nada em seus trabalhos posteriores.¹⁴

Parece bastante difícil imaginar que os textos de Marx possam fornecer tais provas. István Mészáros sustenta que, ao invés de ruptura, o pensamento de Marx manifesta uma perfeita continuidade, onde o conceito de alienação, desde a sua descoberta, jamais deixou de ocupar um lugar central.¹⁵ Para ele, o conceito de alienação não é apenas um tijolo do sistema de Marx, mas um pilar fundamental, cujo abandono ou tradução unilateral significa o desmoronamento de todo o edifício teórico marxista.¹⁶ István Mészáros observa ainda que foi somente a partir do momento em que Marx reconheceu a alienação do trabalho como a causa última de todo o complexo de alienações, que se tornou absolutamente essencial o

¹² MÉSZÁROS, István. *Marx: teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 19.

¹³ ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: François Maspero, 1965.

¹⁴ OLLMAN, Bertell. *Alienación. Marx y su concepción del hombre en la sociedad capitalista*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973. p. 15. In: RANIERI, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 15, 16.

¹⁵ MÉSZÁROS, István. *Marx: teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 211.

¹⁶ *Ibidem*. p. 205.

aprofundamento dos conhecimentos das leis e dos mecanismos do sistema do capital, tarefa indispensável para a revolucionária superação do sistema do capital.¹⁷

Vejamos então em que consiste o conceito de alienação do trabalho de Marx.

Marx não considera a alienação do trabalho como uma determinação ontologicamente inalterável da atividade produtiva. Para ele, a alienação do trabalho é um fenômeno de caráter estritamente histórico, ligado a um modo determinado de os homens se relacionarem entre si.

¹⁷ István Mészáros apresenta uma distinção bastante importante entre capitalismo e capital. Para ele, o capital não apenas antecede o capital (sob a forma de capital mercantil e capital usurário) como também pode continuar dominando mesmo nas sociedades pós-revolucionárias, como ocorreu na extinta União Soviética e nos países do chamado “bloco socialista”. Essas supostas sociedades socialistas permaneceram de algum modo dominadas pelo capital, muito embora já não fossem mais sociedades propriamente capitalistas.

Mészáros apresenta algumas características essenciais das sociedades capitalistas. Segundo ele, capitalismo é aquela fase particular da produção de capital na qual:

1. a *produção para a troca* (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é *dominante*;
2. a *força de trabalho* em si, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como *mercadoria*;
3. a motivação do *lucro* é a força reguladora fundamental da produção;
4. o mecanismo vital de extração *da mais-valia*, a separação radical entre meios de produção e produtores assume uma forma inerentemente econômica;
5. a mais valia economicamente extraída é *apropriada privadamente* pelos membros da classe capitalista; e
6. de acordo com *seus imperativos econômicos* de crescimento e expansão, a produção do capital tende à *integração global*, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica”.

Para Mészáros, falar de capitalismo nas sociedades pós-revolucionárias, quando apenas uma dessas características definitórias – a de número quatro – é mantida e, mesmo assim, de uma forma radicalmente modificada, implica desprezo ou confusão das condições objetivas de desenvolvimento, com sérias conseqüências para a possibilidade de penetrar-se na natureza real dos problemas em questão.

Mészáros entende que o capital mantém o seu domínio nas sociedades pós-revolucionárias, ainda que esse domínio se apresente de algum modo restrito, principalmente através:

1. dos imperativos materiais que circunscrevem as possibilidades da totalidade do processo vital;
2. da divisão social do trabalho herdada que, apesar de suas significativas modificações, contradiz “o desenvolvimento livre das individualidades”;
3. da estrutura objetiva do aparato produtivo disponível (incluindo instalações e maquinaria) e da forma historicamente limitada ou desenvolvida de conhecimento científico, ambas condições da divisão social do trabalho; e
4. dos vínculos e interconexões das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo, quer estes assumam a forma de “competição pacífica” (intercâmbio comercial e cultural), quer assumam a forma de oposição socialmente mortal (desde corrida armamentista até maiores ou menores confrontações reais em áreas em disputa).

Idem. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 1029, 1030.

O fundamento desse fenômeno encontra-se na radical separação dos produtores diretos em relação às condições objetivas de produção. A partir desse momento, os produtores se encontram numa situação de subordinação em relação àqueles que detêm o controle de tais condições.¹⁸ Essa separação artificial instaura a divisão estrutural hierárquica do trabalho social que caracteriza o *sistema de metabolismo social* do capital.

Uma das características da produção social que ocorre nos marcos do sistema do capital, consiste no fato de o trabalhador não mais se reconhecer nas obras que ele próprio produz. Ele produz um mundo material que lhe é estranho e antagônico. Sua atividade criativa, ao invés de enriquecer a sua existência, só faz reforçar e ampliar o poder material que o domina. Essa alienação revela-se de forma muito clara no agudo contraste entre o mundo de riqueza criada pelos trabalhadores e a pobreza da vida que levam. Nos *Manuscritos de 1844*, Marx descreve a situação do trabalhador sob o sistema do capital – uma situação bastante presente nos dias atuais, sobretudo no chamado Terceiro Mundo.

“Certamente o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas enfermidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas atira uma parte dos trabalhadores num trabalho bárbaro e transforma outra parte em máquinas. Produz espírito, mas, para o trabalhador, produz a bestialização, o cretinismo”.¹⁹

A alienação do trabalhador em relação aos produtos por ele criado é a consequência da alienação do trabalhador em relação à sua atividade produtiva. Por meio dessa alienação, o trabalho, ao invés de realizar o homem, torna-se uma atividade de sacrifício e de martírio. Transforma-se em *trabalho forçado*. Deixa de ser um meio de realização da “essência humana”, para se converter num simples meio de manutenção de sua existência física, não como homem, mas como uma mera “personificação do trabalho”. O caráter estranho do trabalho revela-se de forma muito visível no fato de que o trabalhador busque fugir dele,

¹⁸ O capital é uma relação de propriedade na qual os meios de produção encontram-se alienados dos produtores, incorporadas na propriedade privada ou estatal. *Ibidem*. p. 67.

¹⁹ MARX, Karl. *Manuscripts de 1844*. Paris: Flammarion, 1996. p. 111.

como de uma peste, logo que não haja nenhuma compulsão física ou de qualquer outra espécie.²⁰ Nas condições impostas pelo capital, sua existência é degradada à condição de uma trágica bestialidade social:

“Assim, chega-se ao resultado de que o homem (o trabalhador) se sente agir livremente somente nas suas funções animais: comer, beber e procriar, ou ainda, quando muito, na escolha de sua casa, de seu vestuário etc.; em compensação, ele se sente animal em suas funções propriamente humanas. O que é animal torna-se humano e o que é humano torna-se animal. Comer, beber, procriar etc., são certamente também funções autenticamente humanas. Mas, separadas abstratamente do resto do campo de atividades humanas e transformadas assim no fim último e único, elas não são mais que funções animais”.²¹

Ao alienar a sua atividade criativa e livre, o trabalhador aliena-se de sua própria espécie, aliena-se de sua própria natureza humana. É no tipo de atividade produtiva que se revela o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico. No homem, a atividade produtiva se manifesta como uma atividade livre e consciente. No entanto, sob o regime de alienação, a atividade genérica do homem torna-se um simples meio de vida, um meio de conservação de sua existência física. Sua vida *genérica* transforma-se num simples meio de vida individual.

Uma consequência imediata da alienação do homem em relação à sua vida genérica é a alienação do *homem* em relação ao *homem*. Quando o homem se contrapõe a si mesmo, ele termina por entrar em oposição com os outros homens. “De uma maneira geral, dizer que o homem é estranho a seu ser genérico, é dizer que os homens se tornaram estranhos uns aos outros e que cada um deles se tornou estranho à essência humana”.²²

O problema da alienação se manifesta também na esfera do consumo. Marx observa um sentido positivo no aumento das necessidades através da criação de novos objetos pelos

²⁰ Ibidem. p. 112.

²¹ Ibidem. p. 113.

²² Ibidem. p. 117.

processos de produção dominados pelo capital.²³ Mas não deixou de mostrar o outro lado desse processo: o da criação de uma série de necessidades pobres e homogêneas: os “apetites desumanos, refinados, antinaturais e imaginários”. O capital estimula uma série de necessidades, não com o objetivo de promover o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, mas apenas com o fito de atender a única necessidade que realmente importa ao capital: valorizar-se, ampliar-se. A alienação do trabalhador na esfera do consumo pode ser resumida na seguinte frase: “O trabalhador só deve ter o suficiente para querer viver e só deve querer viver para ter”.²⁴

Nos *Manuscritos de 1844*, Marx já observava a questão da manipulação do consumo. “O produtor – diz Marx – submete-se aos mais abjetos caprichos do seu próximo, desempenha o papel de proxeneta entre ele e suas necessidades, desperta-lhes apetites mórbidos e espreita todas as suas fraquezas, para exigir dele, depois, a propina por estes bons serviços”.²⁵ No universo da manipulação das necessidades, “cada produto é uma isca com a qual se quer atrair o ser dos outros, seu dinheiro” e “toda necessidade real ou possível é uma fraqueza que arrastará as moscas ao melado”.²⁶ Essa alienação do consumo que Marx percebia em sua época tornou-se muito mais forte nos dias de hoje, quando esse processo de criação de necessidades passou a dispor de um enorme arsenal mercadológico e de *mass media*. A produção de falsas necessidades torna praticamente impossível que o consumo possa proporcionar alguma realização ao trabalhador. Mediante essa alienação, o trabalhador encontra-se numa situação em que ele é duplamente explorado: como produtor e como consumidor.²⁷

²³ Marx observa o sentido positivo da ampliação das necessidades humanas: “o capital impulsiona o trabalho para além dos limites de suas necessidades naturais e criou todos os elementos materiais para o desenvolvimento de uma individualidade rica, tão universal na sua produção como no seu consumo, e portanto o trabalho não aparece mais como trabalho, mas como pleno desenvolvimento da atividade: sob a forma imediata, a necessidade natural desapareceu, pois no lugar da necessidade natural surgiu a necessidade produzida historicamente”. Idem. *Fondements de la critique de l'économie politique*. Paris: Éditions Anthropos, s.d. p. 273, 274.

²⁴ Idem. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores) p. 18.

²⁵ Ibidem. p. 17.

²⁶ Ibidem. p. 16, 17.

²⁷ Em uma passagem muito interessante, Sartre aborda esta questão: “o operário esgota-se trabalhando para produzir o automóvel e para ganhar o dinheiro para comprá-lo; esta aquisição lhe dá a impressão de que foi satisfeita uma ‘necessidade’. O sistema que o explora lhe dá, ao mesmo tempo, um modelo e a possibilidade de satisfazê-lo. Há que buscar, portanto, a consciência do caráter intolerável do sistema não mais na impossibilidade de satisfazer suas necessidades elementares, senão, antes de tudo, na consciência da alienação: quer dizer, porque a esta vida não vale a penas ser vivida e porque não tem sentido, esse mecanismo é um embuste, essas necessidades criam-se artificialmente, são falsas, esgotam e só servem a estas

O sistema do capital tem uma característica singular. Nele, o homem é completamente alijado do controle dos processos de reprodução social. Quem ocupa essa posição é um pseudo-sujeito: o capital.²⁸ É ele que controla toda a atividade dos indivíduos envolvidos nesse processo. Os trabalhadores são reduzidos a um mero “fator material” do processo de produção, são convertidos em desumanizadas “personificação do trabalho para o capital”. Toda a sua atividade é inteiramente controlada e dirigida pelo capital, que o utiliza em proveito de seus desígnios alienados acumuladores e expansionistas.²⁹ Mas esse é um processo que só pode ser realizado através da exploração do trabalho, extraindo a mais-valia dos produtores diretos (valor excedente).³⁰ No entanto, não é apenas o produtor que é alienado do controle do processo de reprodução do capital. O capitalista (ou qualquer outro tipo de “personificação do capital”, como os burocratas do partido da extinta URSS³¹)

utilidades”. SARTRE, Jean Paul. “Massas, espontaneidade, partido: discusión entre Satre y la dirección del Manifiesto”. In: *Teoria marxista del partido político* 3. Vários autores. Cuadernos de pasado e presente. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973, p. 21. Apud. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas-SP: Cortez, 2000. pp. 135, 136.

²⁸ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 138.

²⁹ A acumulação do capital consiste na ampliação da reprodução que ocorre pelo acréscimo de parte da mais-valia (trabalho excedente, não-pago) pelo capital. É desse modo que o capital realiza a sua reprodução em escala ampliada.

A sucção de mais-valia é a mola propulsora do capital. Mas o capital não busca apenas se apropriar da mais-valia: ele quer se apropriar dela na progressão mais rápida possível, o que, aliás, só é possível por meio da ampliação do capital. Assim, o sistema do capital engendra não apenas um motivo permanente para a reprodução em geral, mas também um motivo para a ampliação constante da reprodução. Essa própria ampliação transforma-se em lei propulsora, em condição de existência econômica dos capitais individuais, um imperativo que os domina e os submete inteiramente. Daí resulta a tendência incessante dos múltiplos capitais, em encarnizada concorrência entre si, de realizar em uma reprodução em escala sempre mais ampla.

³⁰ O tempo de trabalho necessário é a parte da jornada de trabalho na qual sucede a reprodução da força de trabalho. O trabalho necessário é o trabalho despendido nesse tempo. Nessa parte do dia de trabalho, o produtor gera o valor diário da força de trabalho, cria o equivalente ao valor da remuneração que recebe do capital. Mas o produtor não trabalha apenas essa primeira jornada. Ele também trabalha um segundo período do processo de trabalho, que vai além do trabalho necessário, mas não gera nenhum valor para o produtor. Essa parte do dia de trabalho é o tempo de trabalho excedente e o trabalho exercido nesse período é o trabalho excedente. A mais-valia é o valor excedente, é a solidificação do tempo de trabalho excedente, o trabalho excedente objetivado. O valor criado nessa segunda parte do processo de trabalho não pertence ao produtor, mas ao capital.

³¹ O projeto socialista visa a restituição dos poderes alienados do controle sociometabólico aos produtores associados. Esta restituição contrasta radicalmente com o *substitucionismo* verificado na URSS, sobretudo no sistema stalinista. Sob as circunstâncias de revoluções derrotadas por toda parte, exceto na Rússia – o que inevitavelmente levou-a ao isolamento –, não se apresentaram as condições históricas para o desenvolvimento bem-sucedido dos termos materiais e institucionais exigidos pelo sistema socialista. Mediante estas circunstâncias, “abriram-se totalmente as portas, não apenas para a estabilização do sistema do capital seriamente abalado no Ocidente, mas também para a emergência, na Rússia pós-revolucionária, de uma nova forma de “personificação do capital”, que poderia operar num ritmo forçado de extração do trabalho excedente em nome da revolução e para o propósito declarado da necessária “acumulação socialista”, justificada pela promessa de ultrapassar em pouco tempo os principais países capitalistas na produção *per capita* de ferro gusa, aço e carvão como medida do sucesso socialista. Como estrutura de comando desse novo

é também um ser alienado. O que aparece ao trabalhador como atividade de alienação se manifesta ao não-trabalhador como condição da alienação. Sob o domínio do capital, desaparece o ditado medieval, *nulle terre sans seigneur* (nenhuma terra sem senhor) e surge um outro, que exprime a completa dominação dos homens pelo mundo das coisas, *l'argent n'a pas de maître* (o dinheiro não tem dono).

O capital é um sistema que precisa de “personificações” que realizem a mediação de seus imperativos alienados. O que aparece ao trabalhador como atividade de alienação é condição da alienação da “personificação do capital”. Nesse sistema, a “personificação do capital” revela-se um ser social incapaz de tomar qualquer decisão autônoma. Ele é um simples “funcionário do capital”, onde toda sua liberdade restringe-se tão somente em escolher os melhores meios de realizar os objetivos que o sistema lhe determina. “Sua alma é a alma do capital” e sua sede de vampiro pela extração de mais-valia é sede do próprio capital.³² Por mais que se julguem acima de tais determinações, todas as “personificações do capital” devem agir em estreito acordo com os imperativos objetivos do sistema.³³ Nesse contexto, esses “funcionários do capital” revelam-se incapazes de tomar qualquer decisão autônoma, fundada em uma racionalidade abrangente, global.³⁴ Eles são capazes apenas de uma racionalidade parcial, que lhes permite executar seus limitados empreendimentos produtivos.³⁵

A perda de controle humano do processo reprodutivo do capital constitui uma característica essencial desse sistema de metabolismo social. É essa característica que faz

gênero de controle sociometabólico, o Partido teria de pairar acima de todos como regulador da extração politicamente compulsória do trabalho excedente, com todos os seus corolários culturais/ideológicos. Com isso, o Estado foi reforçado e, mais do que nunca, centralizado na forma de Partido-Estado, em vez de dar início ao próprio “encolhimento”, conforme previsto no projeto socialista original”. MÉSZÁROS, István. . *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2002. p. 81.

³² *Ibidem*. p. 271.

³³ “O conteúdo objetivo da circulação [...] – a expansão do valor – é sua finalidade subjetiva. Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros”. MARX, Karl. *O capital*, livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 183, 184.

³⁴ “O capital se revela cada vez mais como poder social, cujo funcionário é o capitalista, e já não está em nenhuma relação possível com o que o trabalho de um indivíduo isolado pode criar – mas como poder social alienado, autonomizado, que como coisa, e como poder do capitalista, mediante essa coisa, confronta a sociedade”. MARX, Karl. *O capital*. livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 189.

³⁵ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 714, 715.

do capital um sistema que, em última análise, se apresenta como *forma incontrolável de controle sociometabólico*, uma estrutura *totalizadora e totalitária* que domina tudo e todos, o que inclui evidentemente as próprias “personificações do capital”, por mais poderosas que elas sejam.³⁶ Nada lhe escapa, nem a natureza nem a vida humana.

O sistema do capital ensejou um enorme desenvolvimento das forças produtivas, elevando a capacidade humana de *dominar e explorar* a natureza. Nos marcos da lógica societal do capital, essa dominação já possui por si só um caráter bastante problemático, como deixam ver os atuais processos de sistemática depredação da natureza. Mas ainda há uma outra questão que deve ser assinalada. Toda essa *dominação* da natureza está inerentemente ligada a um sistema de metabolismo social onde se manifesta a *dominação* de uma natureza social ou de sociedade natural capaz de dominar a vida humana de uma forma muito mais poderosa do que a *natureza natural* dominava as sociedades que precederam ao sistema do capital.³⁷ O sistema do capital não apenas cria um problemático domínio da natureza como também cria um poderoso e totalitário sistema de dominação social.

³⁶ Para István Mészáros, o sistema do capital consiste, “em última análise, numa forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar a sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos”. Ibidem. p. 96.

³⁷ Em *A ideologia alemã*, Marx aborda essa questão. Para ele, “enquanto os homens permanecerem na sociedade natural, portanto, enquanto houver cisão entre o interesse particular e o interesse comum, enquanto portanto também a atividade não é dividida voluntariamente, mas sim naturalmente, a própria ação do homem se transforma para ele em força estranha, que a ele se opõe e o subjuga, em vez de ser por ele dominada. Com efeito, a partir do instante em que o trabalho começa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual ele não pode fugir; ele é caçador, pastor ou crítico, e deverá permanecer assim se não quiser perder seus meios de sobrevivência [...]. Essa fixação da atividade social, essa consolidação do nosso próprio produto pessoal em uma força objetiva que nos domina, escapando ao nosso controle, contrariando nossas expectativas, reduzindo a nada nossos cálculos, é até hoje um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico [...]. O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece a esses indivíduos como sendo sua própria força conjugada, porque essa própria cooperação não é voluntária, mas sim natural; ela lhes aparece, ao contrário, como uma força estranha, situada fora deles, que não sabem de onde ela vem nem para onde vai, que, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento, tão independente da vontade e da marcha da

Para Marx, a alienação é um fenômeno que está ligado a um determinado período da história social humana, e não uma determinação ontológica da própria atividade produtiva. Por isso, não deixa de identificar as possibilidades de superação desse fenômeno. Para ele, a superação da alienação só poderá ocorrer com o fim da separação artificial imposta historicamente entre o produtor e as condições objetivas de produção. Somente quando isso ocorrer, deixará de existir *a divisão estrutural hierárquica que subordina o trabalho ao capital* e, junto com ela, o próprio sistema de metabolismo social do capital. A restituição do controle dos processos de reprodução social aos produtores diretos constitui uma condição essencial para a construção de uma lógica societal que esteja para além das determinações alienadas do totalitário sistema do capital.

O problema da alienação permanece tão atual hoje como nos tempos de Marx. Nenhuma transformação verificada nesse sistema ao longo de sua história alterou a sua essência radicalmente alienada. Independentemente do grau de desenvolvimento das formas que o sistema do capital assume, sua natureza é sempre a mesma.³⁸ Esse é um fenômeno que se manifesta na totalidade das sociedades onde preside a lógica do capital.³⁹ Por isso, enquanto não for superado o domínio do capital sobre a vida dos homens, a filosofia que se apresenta como o reverso e a crítica mais radical dessa forma de controle sociometabólico também não poderá ser superada. “É impossível extinguir a filosofia sem a realizar – diz

humanidade, que na verdade é ela que dirige essa vontade e essa marcha da humanidade”. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 28, 29, 30.

³⁸ “A natureza do capital é a mesma, não importa o grau de desenvolvimento das suas formas”.³⁸ MARX, Karl. *O capital*: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. P 331.

³⁹ O problema da alienação do trabalho tem uma enorme atualidade nos dias atuais. Ricardo Antunes diz o seguinte acerca do estranhamento que se manifesta no capitalismo contemporâneo: “Não creio que se possa dizer que no capitalismo avançado tal contextualidade e concretude não tem mais vigência. Essa hipótese, então, para o Terceiro Mundo industrializado, é inimaginável. E mesmo na Volvo, de Uddevalla, na Suécia, citada como o exemplo mais avançado de organização do trabalho sob o capitalismo do *welfare state*, também o produto continua *alheio* e *estranho* aos seus reais produtores. A decisão *do que* produzir não lhes pertence. E a apropriação do trabalho não é nem social e nem coletiva. Cito este exemplo atípico porque mesmo ele reafirma a regra. E isso na Suécia. Na realidade do Brasil, México, Coréia, Argentina, a desidentidade entre indivíduo e gênero humano beira a animalidade, especialmente quando se pensa nos estratos mais subalternizados das classes trabalhadoras. Isso para não falar dos *gastarbeiters* na Alemanha, no *lavoro nero* na Itália, enfim, no trabalho imigrante tão degradado na Europa que rumo para a unificação e que exclui contingentes vários do seu “bem-estar social”. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas-SP: Cortez, 2000. p. 118, 119.

Marx”.⁴⁰ Do mesmo modo pode-se dizer que não é possível extinguir o marxismo sem antes superar as condições históricas que o fizeram surgir.⁴¹

⁴⁰ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Martin Claret. 2002. p. 51.

⁴¹ Segundo Sartre, “longe de estar esgotado, o marxismo é ainda muito jovem, quase na infância: está apenas começando a se desenvolver. Ele permanece sendo, portanto, a filosofia de nosso tempo: ele é insuperável porque as circunstâncias que o engendraram não foram ainda ultrapassadas”. SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique*: tomo I. Paris: Gallimard, 1960. p. 36.